

# Realinhamentos partidários no estado do Rio de Janeiro (1982-2018)

*Theófilo Codeço Machado Rodrigues*<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo investiga o processo de realinhamento partidário em curso no estado do Rio de Janeiro. Foram observados os partidos dos governadores e senadores eleitos no Rio de Janeiro pelo voto direto entre 1982 e 2018. Além dos governadores, foram avaliadas as bancadas partidárias eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e para a Câmara dos Deputados durante todo o período. A pesquisa confirmou a hipótese do recente realinhamento partidário no Rio de Janeiro e identificou que, com o declínio eleitoral do brizolismo, e com a prisão das principais lideranças locais do PMDB a partir de 2016, o tradicional centro político do estado – PDT pela centro-esquerda e PMDB pela centro-direita – implodiu e novos partidos oriundos dos extremos do espectro político emergiram como PSL, PRB e PSC, pela direita, e PSOL, pela esquerda.

**Palavras-chave:** Partidos Políticos. Rio de Janeiro. Sistema Partidário. Brizolismo. Chaguismo.

## I Introdução

Entre 1982 e 2018, houve no Rio de Janeiro sete governadores eleitos pelo voto direto e três vice-governadores que assumiram o cargo. No decorrer desse período, verifica-se que o PMDB governou o estado durante 19 anos, o PDT por 10, o PSDB por 4, o PSB por 2 e o PT por alguns meses. Em outubro de 2018, um novo partido foi eleito para o governo: o PSC. Nas décadas de 1980 e 1990, Brizola, brizolistas e ex-brizolistas protagonizaram a política no estado. A partir dos anos 2000 uma hegemonia peemedebista se formou, em semelhança ao que foi o chaguismo no

<sup>1</sup> Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa FAPERJ. E-mail: [theofilomachadorodrigues@gmail.com](mailto:theofilomachadorodrigues@gmail.com)



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

passado. Com o declínio eleitoral do brizolismo e a prisão das principais lideranças do PMDB do estado a partir de 2016, o tradicional centro político fluminense – PDT pela centro-esquerda e PMDB pela centro-direita – implodiu e novos partidos oriundos dos extremos do espectro político emergiram como PSL, PRB e PSC, pela direita, e PSOL, pela esquerda.

Com um caráter exploratório, a presente pesquisa apresenta esse processo de realinhamento partidário em curso no estado. Além dos principais concorrentes ao governo e ao Senado, foram observadas as bancadas partidárias eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e para a Câmara dos Deputados durante todo o período que vai da eleição de 1982 até a de 2018. O artigo está subdividido em cinco seções. Na primeira, são apresentados os elementos do chaguismo que caracterizam a marca de origem da política do Rio de Janeiro desde o período do regime militar. A segunda seção indica como o brizolismo surgiu com sucesso na década de 1980 como contraponto ao chaguismo. A seção seguinte sugere a existência de uma crise no brizolismo, na década de 1990, com a eleição de Marcello Alencar, que rompeu com Brizola e foi eleito governador pelo PSDB, em 1994. A eleição de Alencar demarcou a crise do brizolismo, que entrou em declínio desde então. A quarta seção trata da emergência da hegemonia do PMDB no início dos anos 2000, que somente terminou com a prisão de suas principais lideranças entre 2016 e 2018. O artigo conclui com a hipótese de um recente realinhamento partidário no estado como resultado da crise de hegemonia do PMDB. Neste momento, o sistema partidário do Rio de Janeiro assiste à ascensão de partidos da direita do espectro político vinculados, inclusive, às igrejas evangélicas, como o PSC, o PRB e o PSL. Do outro lado, o PSOL dá sinais de que será um novo partido de esquerda protagonista ao lado do PDT e do PT.

## **2 O chaguismo como marca de origem**

Não há muitas dúvidas na literatura especializada de que uma das marcas de origem da política no Rio de Janeiro da Nova República seja o chaguismo (MOTTA, 2000). De certo modo, o sistema partidário que emerge com o pluripartidarismo surge em contraponto ao modelo chaguista derrotado em 1982 (SARMENTO, 2008). Para quem não co-

nhece a política regional, o termo talvez seja estranho. Por chaguismo, referimo-nos ao sistema político forjado pelo governador Chagas Freitas no período da ditadura militar. Chagas Freitas foi governador do estado da Guanabara, entre 1971 e 1975, e governador do Rio de Janeiro, de 1979 a 1983<sup>2</sup>.

Sabe-se que no período do regime militar vigorou o bipartidarismo, entre 1965 e 1979. Enquanto a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), foi o partido da situação, ao MDB coube ser a oposição legal ao governo militar. É sob esse registro que merece destaque a original prática política regional no Rio de Janeiro. Apesar de ser filiado ao MDB, Chagas Freitas conseguiu ser eleito, por via indireta, governador do estado, o único governador do MDB durante todo o regime militar. O MDB, ao contrário do que poderia sugerir certa imagem romantizada, não era um partido homogêneo que reunia em si todas as virtudes contra o governo autoritário dos anos 1960 e 1970. O MDB era heterogêneo, com diversas frações internas mobilizadas por distintos interesses. Dentre todas essas divisões, o grupo político vinculado ao governador Chagas Freitas foi aquele que assumiu o maior protagonismo no estado. Esse grupo chaguista mantinha fortes vínculos com o governo militar, ao contrário de outra parcela mais ideológica do MDB, os chamados “autênticos”. As razões para o protagonismo do primeiro grupo e não do segundo podem ser entendidas por muitas variáveis, mas uma parece ser a mais importante: após o AI5, os principais parlamentares cassados pela ditadura foram os ideológicos do MDB, como Marcio Moreira Alves e Marcello Alencar, por exemplo. Com esse enfraquecimento do grupo mais ideológico, os chaguistas assumiram os principais postos do partido no estado (DINIZ, 1982).

Esse caráter não ideológico do chaguismo tem como marca aquilo que a literatura especializada registrou como a sua prática clientelista. No trabalho mais importante sobre o MDB no Rio de Janeiro, Eli Diniz (1982, p. 213) sugere que “[...] a ascensão da corrente chaguista no interior do extinto MDB transformaria o partido oposicionista carioca em uma organização inserida numa complexa estrutura clientelista, envol-

---

2 Como se sabe, até 1975 havia o estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, e o estado da Guanabara, no atual território do município do Rio de Janeiro. Em 1975, houve a fusão dos dois estados em um só.

vendo as várias instâncias do poder local”. Marly Silva da Motta (2000, p. 3) demonstra como, na memória política do Rio de Janeiro, Chagas Freitas “[...] encarnaria o político ‘antigo’, com p minúsculo, comprometido com a estruturação – primeiro na Guanabara, e depois no estado do Rio de Janeiro – de uma máquina política clientelista baseada na prática do favor, a que se convencionou chamar de máquina chaguista”. Segundo Sarmiento (2008, p. 295), a imagem de Chagas Freitas era a de “[...] um resquício arcaico e provinciano em uma cidade que se representava como cosmopolita e vanguardista”. Já para Olavo Brasil de Lima Júnior e Maria Tereza Ramos Dias (1981, p. 3) o chaguismo “[...] caracterizar-se-ia por sua orientação marcadamente clientelística e tenderia a confundir-se com a Arena”. A sociologia política de Luiz Werneck Vianna (1983, p. 161) vai um pouco além dessa leitura corrente, quando sustenta que o chaguismo “não se esgota numa simplória prática clientelista” e que “[...] consiste numa política burguesa moderna, autoritária, mas liberal, uma vez que extrai sua substância da agregação de pequenos interesses locais”. Em síntese, o chaguismo representaria o oposto da imagem idealizada construída sobre o Rio de Janeiro. Ironicamente, a cidade cosmopolita, que possui na imprensa veículos chamados de O Globo e de Jornal do Brasil<sup>3</sup>, que pensa o nacional e o internacional antes de pensar em si mesma, teria como sua principal expressão política um líder definido como clientelista, arcaico e provinciano. Enquanto grupo político, o chaguismo seria derrotado com a entrada em cena do pluripartidarismo, mais decisivamente na eleição de 1982. Mas o estilo de *práxis* política permaneceria ainda no sistema partidário do estado.

Dentre alguns dos políticos que foram formados na escola do chaguismo e que criaram linhagens políticas familiares ou atuaram praticamente em todo o período recente da Nova República estão parlamentares como Pedro Fernandes, Átila Nunes e Miro Teixeira. Recordista em mandatos na ALERJ, dez legislaturas no total, Pedro Fernandes foi deputado estadual entre 1962 e 2005, quando faleceu<sup>4</sup>. Sua filha, a vereadora Rosa Fernandes,

3 Basta dizer que em São Paulo os dois principais jornais são a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo.

4 Pedro Fernandes esteve ausente da ALERJ apenas entre 1982 e 1986. Kuschnir (2000, p. 32) sugere duas razões para essa derrota: o sucesso eleitoral de Brizola e uma coalizão familiar malfeita.

está no sétimo mandato consecutivo pelo PMDB na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Já o seu neto, Pedro Fernandes Neto, assumiu o posto de deputado estadual após a morte do avô<sup>5</sup>. Átila Nunes, deputado do MDB na década de 1960, traria para a política da Nova República, pelo PMDB, o seu filho e o seu neto, deputados estadual e federal respectivamente. Já Miro Teixeira, deputado atuante durante toda a Nova República, migrou do chaguismo ao brizolismo como veremos na seção seguinte.

### 3 O contraponto brizolista (1982-1994)

A eleição estadual de 1982 no Rio de Janeiro marca o declínio do chaguismo e a ascensão de uma nova força política que reorganizaria o sistema partidário e assumiria o protagonismo da centro-esquerda do espectro político: o brizolismo (DIAS, 2015). Aquela eleição – a primeira pelo voto direto – foi disputada pelos cinco partidos criados pelo pluripartidarismo: o PDT lançou Leonel Brizola, o PDS Moreira Franco, o PMDB Miro Teixeira, o PTB Sandra Cavalcanti e o PT Lysâneas Maciel. Apesar de vir do velho MDB, Moreira Franco disputou a eleição pelo PDS, partido que vinha da linhagem da Arena, enquanto o chaguismo lançou como candidato pelo PMDB o jovem deputado federal Miro Teixeira. Mas o grande vencedor daquela eleição foi Brizola, que tinha como vice Darcy Ribeiro. De fato, aquele era o *zeitgeist*, o espírito do tempo. Num momento auge da redemocratização, quando o eleitor finalmente poderia eleger seu governador, o eleitorado procurou por uma liderança que rigorosamente representasse a oposição ao regime. Brizola não era considerado apenas o “inimigo número 1” da ditadura, mas também era o antichaguista por excelência (SOARES, 1984, p. 66). O sucesso eleitoral não se deteve na eleição do governador. O PDT elegeu ainda, naquela eleição, o senador Saturnino Braga, que tinha como suplente Adão Pereira Nunes, além de ter a maior bancada na ALERJ, 24 deputados estaduais, e a maior bancada do estado na Câmara de Deputados, 16 deputados federais. Não obstante a conquista da maior bancada, Brizola não conseguiu formar uma maioria na ALERJ. A solução encontrada foi o convite para que PMDB e PTB fizessem parte de seu governo (GRAÇA, 2013, 2016).

5 Sobre as relações de clientela da família Fernandes no bairro de Irajá, subúrbio do Rio, vale a pena ver o trabalho de antropologia política de Karina Kuschnir (2020): O cotidiano da política.

O declínio do chaguismo como força política era irrefreável. O próprio Miro Teixeira, já na eleição de 1982, fez o possível para distanciar-se da imagem de seu padrinho político, que gozava naquele momento de baixíssima popularidade (SARMENTO, 2008; SENTO-SÉ, 1999). Quando a eleição de 1986 chegou, já não havia quem quisesse se identificar com Chagas Freitas. O candidato do PMDB foi Moreira Franco, que se desligou do PDS e montou uma chapa com cerca de uma dezena de partidos para disputar o estado. Faziam parte dessa coligação legendas como PFL, PTB, PCB, PSC e PCdoB entre outros<sup>6</sup>. Se a oposição lançou um nome estável, a situação preferiu uma aposta de risco<sup>7</sup>. Apesar do interesse de seu secretário da Fazenda, Cesar Maia, e de seu secretário dos Transportes, José Colagrossi, Brizola optou por lançar como candidato pelo PDT à sucessão em 1986 o seu vice, o antropólogo Darcy Ribeiro (SENTO-SÉ, 1999, p. 251). Por sua vez, o PT lançou Fernando Gabeira e contou com o apoio de somente um partido, o PV. O resultado foi a vitória expressiva do PMDB com a eleição de Moreira Franco governador e Nelson Carneiro senador. Ressalta-se que, naquele ano, o governo Sarney havia criado o Plano Cruzado, projeto econômico que gerou alta popularidade do PMDB no curto prazo. Essa popularidade do Plano Cruzado garantiu que dos 23 governadores eleitos em 1986, 22 fossem do PMDB (MOTTA, 2007, p. 183). Contudo, não obstante a derrota para o governo e o Senado, o PDT manteve-se como o partido com a maior bancada de deputados federais do estado, um total de 15, e assegurou 17 cadeiras na ALERJ, apenas uma a menos que o PMDB. Tratava-se, portanto, de uma derrota pontual do brizolismo.

Apesar da eleição de Moreira Franco em 1986 não ser considerada uma vitória do grupo chaguista, seu governo adotou claramente uma *práxis* que remontava aos tempos de Chagas Freitas. Segundo Sarmento (2008, p. 297), a coalizão que elegeu Moreira Franco e “[...] o próprio padrão de sua administração fizeram perceber que os demônios que se julgavam exorcizados não se restringiam às legiões chaguistas, mas caracterizavam

---

6 Sobre o apoio do PCB e do PCdoB à candidatura de Moreira Franco vale a pena recuperar aquele contexto. Os dois partidos comunistas permaneceram na clandestinidade até 1985. Foi naquele ano que o presidente Sarney aprovou a legalização dos dois partidos. Para os comunistas, o apoio ao candidato de Sarney, em 1986, certamente figurava como peça importante para o processo de redemocratização.

7 A legislação não permitia a reeleição no Executivo. Esse mecanismo só foi possível a partir de 1998.

todo um conjunto de práticas arraigadas na cultura política”. Em outras palavras, o chaguismo, como prática política, mantinha-se vivo. O Plano Cruzado, que no curto prazo elegeu Moreira Franco, no médio prazo se revelou um fracasso e a economia apresentou resultados insatisfatórios. O aumento da inflação, da criminalidade e da sensação de corrupção o tornaram o governador mais impopular do país, segundo os institutos de pesquisa (SENTO-SÉ, 1999, p. 235).

Da mesma forma como ocorreu em 1982, na eleição de 1990 o nome de Brizola surgiu como a alternativa viável para superar um governo impopular do PMDB. O candidato do governo, e da direita do espectro político, Nelson Carneiro, não passou da terceira posição. A impopularidade do governo levou a disputa para a esquerda do espectro político. Brizola montou uma chapa, até então inédita, com os comunistas do PCB e do PCdoB e teve como vice o advogado Nilo Batista do PDT. Foi o suficiente para ser eleito no primeiro turno com 61% dos votos. Em segundo lugar ficou a chapa do PT que teve como candidato Jorge Bittar ao lado de seu vice, o intelectual Antônio Houaiss. Além da expressiva votação para governador, o PDT elegeu ainda Darcy Ribeiro como senador do estado, e as maiores bancadas do Rio para a ALERJ e para a Câmara, com 21 e 20 deputados respectivamente. O brizolismo reafirmava sua força no sistema partidário do Rio de Janeiro, o que sugeria que a derrota de 1986 não havia passado de um ponto fora da curva. Brizola não terminaria esse seu segundo mandato como governador do Rio. No início de 1994, disposto em concorrer novamente à presidência da República, renunciou ao cargo e, assim, permitiu que o vice assumisse os últimos meses do governo. A partir daí o partido passaria a enfrentar de forma mais séria algumas crises internas. As Tabelas 1 e 2, a seguir, indicam os resultados e as coligações dos principais candidatos ao governo e ao Senado nesse período de ascensão do brizolismo no Rio.

**Tabela 1 – Principais candidatos ao Governo - RJ (1982-1990)<sup>8</sup>**

<b>Eleição</b>	<b>Candidatos mais votados</b>	<b>Coligação</b>	<b>1º Turno</b>
1982	<b>Leonel Brizola (PDT)</b> Moreira Franco (PDS)	<b>PDT</b> PDS	<b>34,1%</b> 30,6%
1986	<b>Moreira Franco (PMDB)</b> Darcy Ribeiro (PDT)	<b>PMDB, PFL, PTB, PCdoB, PDC, PSC, PCB, PTR</b> PDT, PMB, PJ	<b>49,3%</b> 35,8%
1990	<b>Leonel Brizola (PDT)</b> Jorge Bittar (PT)	<b>PDT, PCdoB, PCB, PNT, PV, PSD</b> PT, PSB	<b>61%</b> 17,8%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)<sup>9</sup>.

**Tabela 2 – Principais candidatos ao Senado – RJ (1982-1990)<sup>10</sup>**

<b>Eleição</b>	<b>Candidatos mais votados</b>	<b>Coligação</b>	<b>1º Turno</b>
1982	<b>Saturnino Braga (PDT)</b> Célio Borja (PDS)	<b>PDT</b> PDS	<b>34%</b> 29,8%
1986	<b>Nelson Carneiro (PMDB)</b> <b>Afonso Arinos (PFL)</b>	<b>PMDB (sublegenda)</b> <b>PFL (sublegenda)</b>	<b>23,6%</b> <b>9,9%</b>
1990	<b>Darcy Ribeiro (PDT)</b> Técio Lins e Silva (PSDB)	<b>PDT, PCdoB, PCB, PNT, PV, PSD</b> PSDB	<b>56%</b> 24%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Uma leitura geral das duas tabelas reafirma como o PDT sempre esteve entre os mais votados ao governo e ao Senado no período das três eleições, com a exceção da eleição para o Senado de 1986. Com efeito, até mesmo na eleição ao Senado de 1986 o PDT teve o segundo nome mais votado, Marcello Alencar. No entanto, por causa do mecanismo da sublegenda ainda vigente naquela eleição, foi Afonso Arinos o eleito.

8 Nas eleições de 1982 e 1986, não havia ainda a realização de segundo turno para o Executivo.

9 As tabelas e os gráficos do texto foram elaborados pelo autor a partir de dados do TRE-RJ.

10 Nas eleições de 1982 e 1986 havia o mecanismo da sublegenda, pelo qual um mesmo partido poderia lançar diferentes candidatos ao Senado. No fim, os votos de todas as sublegendas daquele partido seriam somados.

## 4 O brizolismo em crise (1994-2006)

Em meados da década de 1990, o brizolismo entrou em crise e a centralização decisória do PDT nas mãos de Brizola contribuiu para isso. Seu antigo Secretário da Fazenda, Cesar Maia, que já havia sido preterido em 1986, gostaria de ser o candidato à prefeitura pelo PDT. Já o prefeito da capital, Marcello Alencar, pretendia indicar como candidato à sua sucessão, pelo PDT, Luiz Paulo da Rocha, considerado um técnico. Mas Brizola entendeu que o melhor nome para disputar aquela eleição municipal de 1992 seria a radialista Cidinha Campos. Insatisfeitos com a postura de Brizola, Cesar Maia migrou para o PMDB e Marcello Alencar e Luiz Paulo da Rocha para o PSDB. No fim das contas, Maia consagrou-se o vitorioso daquela disputa eleitoral. Um discípulo do brizolismo mantinha-se na prefeitura da capital; mas, dessa vez, sem ter tido o apoio do líder trabalhista e de seu partido.

Com a eleição de 1994 a crise se acentuou. Rompido com Brizola, Marcello Alencar lançou-se candidato ao governo do estado pelo PSDB, com Luiz Paulo de vice. Já o PDT optou pelo nome de Anthony Garotinho, ex-prefeito de Campos dos Goytacazes, grande cidade do norte fluminense, e ex-secretário de agricultura do governo Brizola. Mais do que em qualquer outro momento da história política do Rio, aquela eleição teve uma polarização geográfica: a capital de Alencar, contra o interior de Garotinho (MOTTA, 2007, p. 186). O brizolista<sup>11</sup> e o ex-brizolista foram ao segundo turno daquela disputa que consagrou Alencar governador. A eleição ao Senado também demonstrou a crise do PDT. Foram eleitos dois senadores: Benedita da Silva, pelo PT, e Artur da Távola, pelo PSDB. De certo modo, a eleição ao Senado reproduziu a lógica nacional, quando PT e PSDB iniciavam a grande polarização política da Nova República. Mas a palavra “crise” aqui não deve ser entendida ainda como declínio, mas sim como sinal de divisões internas. Apesar de o candidato do PDT ter sido derrotado, não é pouco dizer que os dois nomes que foram ao segundo turno vieram do legado de Brizola. Além disso, o PDT elegeu a maior bancada do estado para a Câmara, 8 deputados federais, e a segunda

11 Há polêmica sobre essa definição na literatura. Sento-Sé (1999, p. 294) prefere não considerar Garotinho como brizolista. Segundo o autor, “o candidato tratou de evitar ao máximo a associação de seu nome ao de Brizola”.

maior bancada da ALERJ, com 12 deputados estaduais, dois a menos que a bancada do PSDB.

O governo de Alencar representou um giro à direita. Sua coligação eleitoral foi formada pelo PSDB, PFL, PP e PL. Em sintonia com a agenda econômica neoliberal do governo federal, naquele momento empreendida pelo tucano Fernando Henrique Cardoso, Alencar iniciou um largo processo de privatizações no estado (GRAÇA, 2016). Motta (2013, p. 160) é assertiva quando diz que a marca dessa gestão esteve “baseada no trinômio privatização/ajuste fiscal/enxugamento da máquina administrativa”. Entre as empresas estatais privatizadas por Alencar estavam o BANERJ, a TELERJ, a Light, a CEG e o Metrô Rio, entre tantas outras.

Na eleição seguinte, em 1998, o legado brizolista mais uma vez levou dois nomes ao segundo turno da disputa: Cesar Maia, pelo PFL, e Garotinho, pelo PDT. Mais uma vez a lógica capital *versus* interior foi reproduzida, mas agora o candidato do PDT foi o vitorioso com uma coligação que reuniu toda a esquerda do estado: PDT, PT, PCdoB, PCB e PSB. A chapa, que tinha a petista Benedita da Silva como vice-governadora, elegeu ainda o senador Saturnino Braga, pelo PSB. Na ALERJ, no entanto, houve uma maior redistribuição das forças. O PSDB manteve-se com a maior bancada, de 15 deputados, construída durante a gestão de Alencar. Mas a segunda posição passou a ser do PFL que soube crescer no governo Alencar e conquistou 12 cadeiras. Apesar de ter vencido a eleição para o governo, o PDT empatou com o PMDB na ALERJ, ambos com 9 cadeiras. Já o PT, partido da vice-governadora eleita, cresceu para 7 deputados. A proporção foi praticamente a mesma na eleição para a Câmara federal. O PSDB atingiu 12 cadeiras; o PFL, 8 e o PDT, 7. A surpresa foi o fracasso do PMDB que conquistou apenas uma vaga de deputado federal.

Essa coligação unitária da esquerda, em 1998, foi forjada a fórceps, já que foi determinada pela aliança nacional. Desde o início da década de 1990, o PT local desenvolveu candidaturas próprias competitivas: em 1990, Jorge Bittar ficou em segundo lugar na disputa para o governo do estado; em 1992, Benedita da Silva foi ao segundo turno da eleição municipal, mas não foi eleita por uma margem pequena de votos; em 1994,

Bittar novamente disputou o governo do estado e ficou em quarto lugar; e em 1996, Chico Alencar alcançou o terceiro lugar. Na eleição de 1998 o PT estava pronto para lançar mais uma vez uma candidatura própria e, inclusive, havia aprovado essa determinação em seu Encontro Estadual. Contudo, o Diretório Nacional do PT estava empenhado em formar uma chapa nacional em que Brizola fosse o vice de Lula na disputa presidencial e uma contrapartida regional seria necessária. Uma intervenção foi feita no Rio de Janeiro e o PT teve que abrir mão de sua candidatura própria. No fim, Benedita da Silva foi a escolhida como vice na chapa de Garotinho, o que garantiu a chapa única da esquerda no estado (SECCO, 2011, p. 190).

Mas essa unidade da esquerda não durou mais do que um mandato. Assim como Brizola já havia feito em 1994, dessa vez foi Garotinho quem abandonou o governo do estado para disputar uma vaga presidencial na eleição de 2002. Garotinho também trocou de legenda e migrou para o PSB, em 2001, partido que lhe abriu as portas para a candidatura presidencial de 2002. No âmbito estadual, a indicada para lhe suceder foi sua esposa Rosinha Garotinho, pelo PSB. Os demais partidos de esquerda, PT, PCdoB e PCB, preferiam apoiar a candidatura da petista Benedita da Silva, que havia assumido o governo após a renúncia de Garotinho. A exceção foi o PDT, que preferiu lançar o ex-prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira como candidato. Rosinha foi eleita já no primeiro turno, com 51% dos votos, seguida por Benedita com 24% e Jorge Roberto com 14%. Para o Senado foram eleitos dois nomes que não participaram de nenhuma dessas três coligações: Sergio Cabral, pelo PMDB, e Marcelo Crivella pelo PL. Na ALERJ, o partido da governadora eleita, o PSB, elegeu a maior bancada, com 12 deputados, mesmo número do PMDB. Já o PT subiu para 8 cadeiras, o dobro da bancada de apenas 4 deputados do PDT. Na Câmara dos Deputados, o PT se tornou a maior bancada com 7 parlamentares, enquanto o PDT não passou de 3. PMDB, PP e PSB tiveram 6 deputados cada. O protagonismo do PDT havia chegado ao fim.

Na esquerda do espectro político, o maior destaque de 2002 foi, certamente, a inversão de tamanho do PT e do PDT. Mais do que razões locais, foi a primeira vitória de Lula na disputa presidencial que embalou o crescimento do PT em praticamente todos os estados, e no Rio de Janeiro não foi diferente. Portanto, embora não seja uma variável suficiente, entre as

muitas razões que levaram ao declínio do PDT e do brizolismo no estado também deve ser incluído o crescimento de seu concorrente direto dentro do mesmo espectro político ideológico. Esse crescimento do PT, contudo, esteve restrito ao legislativo e não foi o suficiente para o partido alcançar cargos majoritários no Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

As Tabelas 3 e 4 sintetizam essa trajetória dos candidatos mais votados ao governo e ao Senado nas eleições de 1994, 1998 e 2002.

**Tabela 3 – Principais candidatos ao Governo - RJ (1994-2002)**

<b>Eleição</b>	<b>Candidatos mais votados</b>	<b>Coligação</b>	<b>1º Turno</b>	<b>2º Turno</b>
1994	<b>Marcello Alencar (PSDB)</b>	<b>PSDB, PFL, PP, PL</b>	<b>37,15%</b>	<b>56,10%</b>
	Garotinho (PDT)	PDT, PTB, PMN	30,38%	43,90%
1998	<b>Garotinho (PDT)</b>	<b>PDT, PT, PCB, PCdoB, PSB</b>	<b>46,90%</b>	<b>57,98%</b>
	Cesar Maia (PFL)	PFL, PPB, PTB	34,30%	42,02%
2002	<b>Rosinha Garotinho (PSB)</b>	<b>PSB, PPB, PST, PTC, PSC, PRP, PSD, PGT</b>	<b>51,30%</b>	-
	Benedita da Silva (PT)	PT, PMN, PCdoB, PCB	24,43%	-

*Fonte: Elaborada pelo autor (2020).*

**Tabela 4 – Principais candidatos ao Senado – RJ (1994-2002)**

<b>Eleição</b>	<b>Candidatos mais votados</b>	<b>Coligação</b>	<b>1º Turno</b>
1994	<b>Benedita da Silva (PT)</b>	<b>PT, PSB, PCdoB, PV, PSTU</b>	<b>22,70%</b>
	<b>Artur da Távola (PSDB)</b>	<b>PSDB, PFL, PP, PL</b>	<b>18,30%</b>
1998	<b>Saturnino Braga (PSB)</b>	<b>PDT, PT, PCB, PCdoB, PSB</b>	<b>38,10%</b>
	Roberto Campos (PPB)	PFL, PPB, PTB	33,10%
2002	<b>Sergio Cabral (PMDB)</b>	<b>PFL, PMDB, PSDB</b>	<b>27,80%</b>
	<b>Marcelo Crivella (PL)</b>	<b>PL, PSDC, PSL</b>	<b>21,60%</b>

*Fonte: Elaborada pelo autor (2020).*

<sup>12</sup> Sobre as dificuldades da organização do PT no Rio de Janeiro, quando comparado com São Paulo, ver o pioneiro trabalho de Keck (1991, p. 118-119).

## 5 A hegemonia peemedebista (2002-2016)

Com a decadência do brizolismo, sobretudo como resultado de conflitos que se estabelecem entre antigas e novas facções e lideranças do PDT (cujo melhor exemplo é o ex-governador Anthony Garotinho), o voto popular no Rio se tornou, mais uma vez, objeto de disputa. Porém, o PT não logrou ampliar seu apoio eleitoral para além de alguns nichos bem demarcados por lideranças como Benedita da Silva, Carlos Minc e Jorge Bittar, lideranças cuja capacidade de agregar apoio não avançou para além do necessário para a conquista de cargos legislativos. No vácuo do brizolismo e da falta de pujança do PT local, surgiu a oportunidade para o velho PMDB recobrar a posição perdida para Leonel Brizola em 1982. (AMORIM NETO; SANTOS, 2013, p. 483).

A passagem supracitada de Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos sintetiza bem o processo de transição da crise do brizolismo para a hegemonia peemedebista dos anos 2000. Em 1997, Rogerio Schmitt defendia a tese de que o Rio de Janeiro seria um estado de forte marca oposicionista. A evidência apresentada pelo autor era a de que desde 1982, até o momento em que escreveu, todos os candidatos ao governo estadual apoiados pelo governador em exercício foram derrotados nas urnas (SCHMITT, 1997, p. 141). Com efeito, isso realmente ocorreu até a eleição de 2002. No entanto, em meados do governo de Rosinha Garotinho um considerável realinhamento partidário passou a ser desenvolvido. Tanto Rosinha quanto Garotinho migraram para o PMDB e elegeram o sucessor, Sergio Cabral, em 2006. Cabral foi reeleito em 2010 e elegeu seu sucessor em 2014. Até 2018 foram 14 anos da hegemonia do PMDB no estado, o que deixa a hipótese da vocação oposicionista do Rio de Janeiro circunscrita historicamente.

Um marco para essa virada foi a crise interna da família Garotinho com o PSB em 2003. Nacionalmente, o PSB fazia parte da base aliada do governo Lula, que havia acabado de tomar posse. Mas, no Rio de Janeiro, a família Garotinho liderava certa oposição ao governo federal. A direção nacional do partido não concordava com essa decisão regional e optou pela expulsão de Anthony e Rosinha em junho daquele ano. Em agosto, os dois já anunciavam a filiação ao PMDB, que tinha como principais lideranças no estado o senador Sergio Cabral e o deputado Jorge Picciani, presidente da ALERJ. A mudança fez crescer o PMDB e, em 2004, Garotinho já era eleito presidente estadual do partido. Com a impossibilidade legal de Rosinha ou Garotinho disputarem a eleição de 2006 – a justiça proíbe

que cônjuges disputem uma segunda reeleição – o candidato à sucessão escolhido pelo casal foi Sergio Cabral. Entre os adversários estavam a juíza Denise Frossard pelo PPS, Crivella pelo PRB, Vladimir Palmeira pelo PT e Eduardo Paes pelo PSDB, entre outros. No segundo turno, Cabral venceu de Frossard por larga diferença. Mais competitiva foi a disputa ao Senado. A chapa de Cabral lançou Francisco Dornelles, do PP, enquanto a coligação do PT teve a comunista Jandira Feghali, do PCdoB, como candidata. Até a véspera do primeiro turno os dois candidatos estavam empatados em algumas pesquisas, com pequena vantagem para Feghali, mas uma pesada campanha de notícias falsas, apócrifa e de cunho religioso empreendida na última semana da eleição, por mensagens de celular e cartazes colados em postes, atacou a imagem da comunista que acabou derrotada<sup>13</sup>.

Em 2006, a ascensão do PMDB na ALERJ foi imediata. O partido passou a contar com uma bancada de 17 deputados, enquanto PFL, PT e PSDB dividiam a segunda posição com 6 deputados cada. O PDT conquistou apenas 5. A bancada federal do PMDB também foi a maior, com 10 deputados do Rio, seguida por 6 do PT e 5 do PFL.

Ainda em fins de 2006 Garotinho foi reeleito presidente estadual do PMDB. Mas a relação conturbada com Sergio Cabral era crescente. O primeiro conflito entre Cabral e Garotinho ocorreu já na eleição de 2006: enquanto Garotinho apoiou a candidatura presidencial de Geraldo Alckmin, do PSDB, Cabral organizou o palanque de Lula no Rio de Janeiro (GRAÇA, 2016, p. 222). Após eleito, Cabral acabou com o principal programa social criado por Garotinho, o “Cheque-cidadão”. Tudo isso culminou com a saída, em 2009, da família Garotinho rumo ao PR. Assim, Cabral e Picciani passaram a ter o controle total do partido no estado. Cabral conseguiu montar uma forte coligação com quase 20 legendas, o que lhe garantiu uma fácil reeleição já no primeiro turno, em 2010, contra a candidatura opositora de Fernando Gabeira do PV. No entanto, o inesperado ocorreu na disputa ao Senado. Dois senadores poderiam ser eleitos naquela eleição de 2010, de modo que a chapa de Cabral apresentou os nomes de Lindbergh Farias, pelo PT, e Jorge Picciani, pelo PMDB.

---

13 Essa disputa, com mensagens falsas enviadas via SMS de celular, representou uma prévia, em menor escala, do que viria a ser a campanha de fakenews via Whatsapp nas eleições de 2018.

Essa chapa tinha o apoio não apenas do governador e da maior coligação de partidos da história do estado até aquele momento, como também de 91 dos 92 prefeitos do Rio. Parecia imbatível. Mas uma variável nacional mudou o rumo da eleição. O presidente Lula tinha uma dívida de gratidão com o seu vice, José Alencar, e seu partido, o PRB. No Rio, Lula ignorou a chapa PT-PMDB e apoiou a reeleição do senador Crivella, pelo PRB, ao lado do petista Lindbergh. Com o apoio de Lula, presidente com altíssima aprovação popular, os dois foram eleitos, o que gerou enorme insatisfação na relação entre os peemedebistas e os petistas. Seja como for, a eleição ao Senado foi um ponto fora da curva na estratégia de crescimento do PMDB em 2010. Na ALERJ, o PMDB manteve a maior bancada com 12 deputados, seguido pelo PDT com 11 e o PR com 9. Na bancada federal, tanto o PMDB quanto o PR fizeram 8 deputados. O crescimento surpreendente do PR foi impulsionado pela alta votação de Garotinho para deputado federal, o mais votado do estado e o segundo mais votado do Brasil. Mas o PMDB ainda era o grande partido do estado. A hegemonia peemedebista avançava e a filiação de Eduardo Paes, seguida de sua eleição e reeleição para a prefeitura do Rio em 2008 e 2012, contribuíram para isso. O PMDB passou a ter, ao mesmo tempo, o prefeito da capital e o governador do estado, situação que perdurou até 2016, quando Paes não conseguiu eleger seu sucessor.

O ano de 2014 marcou a última vitória do PMDB no estado. Para suceder Cabral no Palácio Guanabara foi indicado o vice Luz Fernando Pezão. O PMDB montou uma chapa com quase 20 partidos, ainda maior do que a de Cabral em 2006, e teve como candidato a vice o senador Francisco Dornelles, do PP. Seu principal adversário foi o senador Crivella, pelo PRB, derrotado no segundo turno. Para o Senado, a aposta da situação foi na eleição do ex-prefeito da capital, Cesar Maia, do DEM. Maia, no entanto, foi derrotado pelo ex-jogador de futebol Romário, candidato do PSB que teve uma extraordinária votação. Mais uma vez o PMDB elegeu a maior bancada na ALERJ com 15 deputados, seguida por 8 do recém-criado PSD, 7 do PR e 6 do PT. O peemedebista Jorge Picciani, que em 2010 havia ficado sem mandato após a derrota para o Senado, foi eleito deputado estadual e se tornou, novamente, presidente da ALERJ. Na Câmara, o PMDB conquistou 8 cadeiras pelo Rio, seguido de PR e PSD com 6 deputados cada e PT com 5.

Nesse período de realinhamento partidário em que o PMDB organizou a hegemonia do sistema político no estado, entre 2002 e 2018, o PT assumiu o lugar do PDT como o grande partido da esquerda no Rio de Janeiro. A partir de 2014, no entanto, uma nova surpresa começou a aparecer: à esquerda do espectro político um novo partido crescia, o PSOL. Na ALERJ, em 2014, o PSOL elegeu 5 deputados, dois a mais que o PDT e apenas um a menos que o PT. Como veremos na seção seguinte, o crescimento teve continuidade em 2018, quando o PSOL se tornou o maior partido de esquerda no estado. As Tabelas 5 e 6 sintetizam essa trajetória dos candidatos mais votados ao governo e ao Senado nas eleições de 2006, 2010, 2014 e 2018.

**Tabela 5 – Principais candidatos ao Governo - RJ (2006-2018)**

Eleição	Candidatos mais votados	Coligação	1º Turno	2º Turno
2006	<b>Sergio Cabral (PMDB)</b>	<b>PMDB, PP, PSC, PL, PTB, PAN, PMN, PRONA, PTC</b>	<b>41,42%</b>	<b>68%</b>
	Denise Frossard (PPS)	PPS, PFL e PV	23,78%	32%
2010	<b>Sergio Cabral (PMDB)</b>	<b>PMDB, PP, PDT, PT, PTB, PSL, PTN, PSC, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PSB, PRP, PCdoB</b>	<b>66,08%</b>	-
	Fernando Gabeira (PV)	PV, PSDB, DEM, PPS	20,68%	-
2014	<b>Pezão (PMDB)</b>	<b>PMDB, PP, DEM, PSD, PSC, PSDB, PPS, PSL, SD, PHS, PTN, PSDC, PMN, PTC, PRP, PRTB, PEN, PTB</b>	<b>40,57%</b>	<b>55,78%</b>
	Marcelo Crivella (PRB)	PRB	20,26%	44,22%
2018	<b>Wilson Witzel (PSC)</b>	<b>PSC, PROS</b>	<b>41,28%</b>	<b>59,87%</b>
	Eduardo Paes (DEM)	DEM, PPS, PSDB, PP, PTB, MDB, SD, PV, DC, PHS, AVANTE, PMN	19,56%	40,13%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

**Tabela 6 – Principais candidatos ao Senado – RJ (2006-2018)**

<b>Eleição</b>	<b>Candidatos mais votados</b>	<b>Coligação</b>	<b>1º Turno</b>
2006	<b>Francisco Dornelles (PP)</b>	<b>PMDB, PP, PSC, PL, PTB, PAN, PMN, PRONA, PTC</b>	<b>45,86%</b>
	Jandira Feghali (PCdoB)	PCdoB, PT, PSB	37,53%
2010	<b>Lindberg Farias (PT)</b>	<b>PP, PDT, PT, PTB, PMDB, PSL, PTN, PSC, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PSB, PRP, PCdoB</b>	<b>28,65%</b>
	<b>Marcelo Crivella (PRB)</b>	<b>PRB</b>	<b>22,66%</b>
2014	<b>Romário (PSB)</b>	<b>PSB, PCdoB, PT, PV</b>	<b>63,43%</b>
	Cesar Maia (DEM)	PMDB, PP, DEM, PSD, PSC, PSDB, PPS, PSL, SD, PHS, PTN, PSDC, PMN, PTC, PRP, PRTB, PEN, PTB	20,51%
2018	<b>Flávio Bolsonaro (PSL)</b>	<b>PSL</b>	<b>31,36%</b>
	<b>Arolde de Oliveira (PSD)</b>	<b>PSD</b>	<b>17,06%</b>

*Fonte: Elaborada pelo autor (2020).*

## **6 A crise do PMDB e o avanço evangélico (2016-2018)**

O fim da hegemonia do PMDB tem início em 2016 com sua incapacidade em garantir a sucessão de Eduardo Paes na prefeitura da capital. Contra a vontade da maior parte dos dirigentes do partido, Paes exigiu que o candidato fosse o seu secretário da Casa Civil, Pedro Paulo. A imagem de Pedro Paulo enfrentava forte descrédito, pois a denúncia de que teria agredido sua esposa transformou-se rapidamente em uma grande campanha negativa nas redes sociais. Mas, Paes acreditava que sua boa avaliação na prefeitura poderia ser transferida para o candidato. Também pesou contra a sucessão do PMDB o surgimento de candidaturas de políticos que participaram da gestão de Paes e que possuíam perfis bem semelhantes ao de Pedro Paulo: Carlos Roberto Osório, ex-secretário de Transportes de Paes, pediu desfiliação do PMDB para ser candidato pelo PSDB; já o ex-secretário de Esportes, Índio da Costa, foi candidato pelo PSD. A fragmentação da base de apoio de Paes permitiu que dois outros candidatos opositoristas fossem ao segundo turno naquela eleição: o senador Crivella pelo PRB; e o deputado estadual do PSOL, Marcelo Freixo. Com forte

apoio dos evangélicos, Crivella foi consagrado prefeito do Rio, mas a ida do PSOL ao 2º turno não deve ser desprezada.

O problema enfrentado pelo PMDB não foi apenas político, mas também penal. Em meio ao processo eleitoral, o presidente da Câmara dos Deputados eleito pelo PMDB do Rio, Eduardo Cunha, foi preso. Mas a grande bomba que feriu o PMDB veio no mês seguinte. Em 17 de novembro de 2016, a Polícia Federal prendeu Sergio Cabral e alguns de seus principais secretários no governo do estado. Exatamente um ano depois, em 16 de novembro de 2017, foi a vez da Polícia Federal prender o presidente da ALERJ, Jorge Picciani, o ex-presidente da ALERJ, Paulo Melo, e o líder do governo na ALERJ, deputado Edson Albertassi, todos do PMDB. Por fim, Pezão foi preso em 2018. A direção do PMDB do Rio estava praticamente toda na cadeia e a imagem da legenda profundamente abalada. Os principais quadros que restaram optaram por mudar de partido: Eduardo Paes e Pedro Paulo solicitaram filiação ao DEM para disputar a eleição.

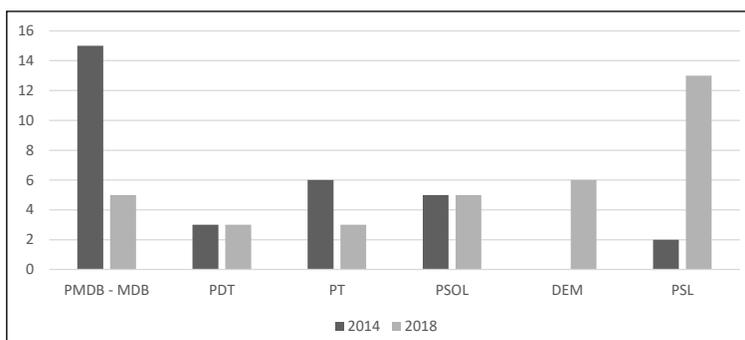
Com a eleição de 2018, o fim da hegemonia peemedebista foi consolidado. O PMDB não teve condições políticas de apresentar um nome próprio para a sucessão do governador Pezão. Sua alternativa foi apoiar a candidatura de Paes pelo DEM. Pela oposição disputaram o senador Romário do PSB, o ex-governador Garotinho do PRP, Tarcísio Motta do PSOL, Marcia Tiburi do PT, Pedro Fernandes do PDT, Índio da Costa do PSD e Wilson Witzel do PSC, entre outros. No meio da eleição, uma surpresa: a justiça impediu a candidatura de Garotinho, que até aquele momento aparecia bem colocado nas pesquisas. Foi a partir daí que uma movimentação inesperada ocorreu. O forte eleitorado evangélico simpatizante de Garotinho migrou rapidamente para a candidatura do até então desconhecido Witzel. Com uma estratégia eleitoral bem acertada, Witzel fez o possível para identificar sua imagem com a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, que estava em ascensão. Além disso, as potentes redes sociais de Bolsonaro impulsionaram a campanha de Witzel, que foi ao segundo turno com Paes<sup>14</sup>. Assim, Witzel e Bolsonaro foram os grandes vitoriosos em 2018. Para o Senado também

---

14 Sobre o intensivo uso das redes sociais na campanha presidencial de Bolsonaro em 2018, ver Ruediger (2018), Mont'Alverne e Mitozo (2019), Almeida (2019) e Aldé et al. (2019).

houve surpresa. Nenhum dos dois candidatos à reeleição, Lindbergh Farias do PT e Eduardo Lopes do PRB, obtiveram sucesso<sup>15</sup>. Os vitoriosos foram Flávio Bolsonaro do PSL e Arolde de Oliveira do PSD. Na ALERJ, o grande vitorioso foi o PSL de Bolsonaro, com 16 cadeiras, seguido pelo DEM com 6, e pelo MDB e PSOL, ambos com 5. Para a bancada federal o PSL conquistou 12 cadeiras, seguido por PSOL e DEM com 4 deputados cada. Uma conclusão imediata é a de que 2018 representou o avanço dos extremos no estado: se, pela extrema-direita, o PSL passou a ser com larga vantagem o maior partido no legislativo do Rio de Janeiro, o PSOL passou a ser o maior partido da esquerda do espectro político.

O Gráfico 1 registra as principais mudanças desse novo período na ALERJ: a queda brusca do PMDB; o PSOL como novo maior partido da esquerda do espectro político; o crescimento do DEM, que capturou candidatos que antes eram do PMDB; e a ascensão meteórica do PSL, impulsionado pela campanha de Jair Bolsonaro, um caso claro de efeito *coattail*<sup>16</sup>. Movimento idêntico ocorreu nas cadeiras para a Câmara dos Deputados. Essas são evidências do novo realinhamento do sistema partidário que está em curso.



**Gráfico 1 - Cadeiras na ALERJ (2014-2018)**

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

15 Eduardo Lopes era o suplente de Crivella no Senado. Assumiu a vaga quando o titular foi eleito prefeito em 2016.

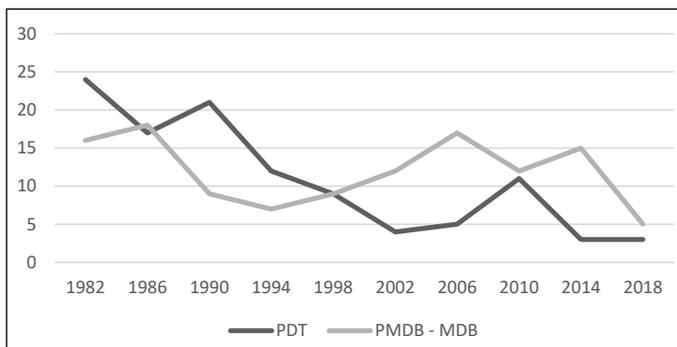
16 O efeito *coattail*, pode ser entendido “como a capacidade de um candidato de primeira linha do partido, normalmente os candidatos a cargos executivos, de transferir votos para seus companheiros de partido que sejam candidatos em níveis mais locais de competição eleitoral” (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012, p. 990).

## 7 Considerações finais: a hipótese do novo realinhamento partidário

A trajetória política descrita até aqui sugere que a história do sistema partidário mais recente do Rio de Janeiro passou por quatro grandes realinhamentos. Num primeiro momento, a grande máquina partidária do chaguismo no regime militar perdeu sua força com o processo de redemocratização do país e a abertura para o pluripartidarismo. Miro Teixeira, que seria o “príncipe herdeiro” do chaguismo, na aguda expressão de Werneck Vianna (1983, p. 162), abdicou do posto e migrou para o seu contrário, o brizolismo. De fato, Teixeira segue o espírito do tempo: a partir da eleição de 1982 o brizolismo, e o PDT como partido, assumiram o protagonismo político no estado, caracterizando o primeiro realinhamento partidário<sup>17</sup>. Não é pouco lembrar que praticamente todos os principais quadros políticos do estado na década de 1990 passaram por essa escola. Conforme Amorim Neto e Santos (2013, p. 482): “Brizola e seu partido constituíram a referência do voto de esquerda ‘popular’ no Rio de Janeiro, assim como boa parte dos políticos que viria a dar o tom da competição política no estado ingressara na vida pública a reboque da sua liderança”. O segundo realinhamento é marcado pela longa crise do brizolismo, que vai da eleição de Marcello Alencar, em 1994, até a eleição de Sergio Cabral em 2006. Nesse momento, figuras que vieram do brizolismo, mas que romperam com Brizola e com o PDT, assumiram em diferentes ocasiões o governo do estado. Primeiro Marcello Alencar pelo PSDB em 1994, depois Garotinho pelo PDT em 1998 e Rosinha pelo PSB em 2002. O terceiro realinhamento registra a hegemonia do PMDB no estado a partir da filiação da governadora Rosinha em 2003 e da eleição de Cabral em 2006. Diga-se de passagem, esse pleito de 2006 foi inovador já que foi a primeira vez desde a eleição de 1982 em que nem Brizola nem um brizolista ou ex-brizolista foi candidato (GRAÇA, 2016, p. 222). Os Gráficos 2 e 3 ilustram essa inversão de hegemonia do PDT ao PMDB a partir do número de cadeiras na ALERJ e na bancada federal.

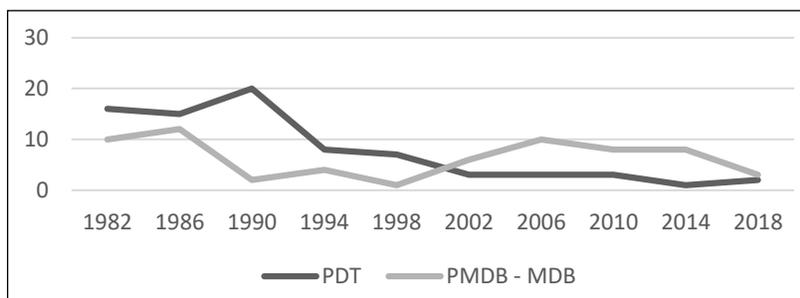
---

17 Há quem defenda, com razão, que esse protagonismo do brizolismo não deva ser confundido com hegemonia partidária (DIAS, 2015, p. 191).



**Gráfico 2 - Cadeiras do PDT e PMDB na ALERJ (1982-2018)**

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



**Gráfico 3 - Cadeiras do PDT e PMDB do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados (1982-2018)**

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

*Grosso modo*, esses três realinhamentos do plano regional já haviam sido percebidos por Alkmim (2017), ainda que não fosse esse o centro de seu trabalho. O que Alkmim não poderia ter percebido, já que sua pesquisa foi até 2014, é que haveria um quarto realinhamento em curso desde a eleição municipal de 2016 e estadual de 2018. Esse quarto realinhamento não é marcado por um partido específico, mas pela ascensão de partidos evangélicos e da direita ou extrema-direita do espectro político: o PRB, o PSC e o PSL. Seu marco inicial foi a derrota do candidato do PMDB à sucessão de Paes em 2016 para Crivella do PRB. Em seguida, em 2018, foi a vez

do PMDB não conseguir garantir a sucessão de Pezão e ser derrotado pelo PSC de Wilson Witzel. Nesse mesmo processo o PSL se tornou o maior partido da ALERJ e a maior bancada do Rio na Câmara de Deputados<sup>18</sup>.

A hipótese do fim da hegemonia do PMDB/MDB está baseada em quatro evidências: (1) os cinco principais dirigentes do partido no estado – Cabral, Picciani, Cunha, Pezão e Melo - foram presos e, conseqüentemente, saíram da grande disputa política; (2) os principais quadros do PMDB/MDB que não foram presos – Eduardo Paes e Pedro Paulo – migraram para o DEM; (3) os principais quadros que restaram – Marco Antônio Cabral, filho de Sergio, e Leonardo Picciani, filho de Jorge – não conseguiram a reeleição em 2018; (4) o PMDB não possui mais governador, nem vice-governador, nem senador, nem presidente da ALERJ, nem prefeito da capital. Ademais, o partido deixou de ter a maior bancada regional na Câmara de Deputados e na ALERJ.

Que há um quarto realinhamento em curso, não parece haver dúvidas. A questão é: quais as características desse novo realinhamento? Algumas hipóteses ou tendências, mas que somente o tempo poderá confirmar, são: (1) esse novo sistema partidário será protagonizado por uma base partidária localizada entre a direita e a extrema-direita do espectro político, em forte diálogo com a política evangélica; (2) a crise de hegemonia no campo da esquerda no Rio não será resolvida no curto prazo pois, ao lado do PDT e do PT, emerge o PSOL, principalmente pela força conquistada na capital; (3) o reconhecimento da fragilidade do MDB não significa dizer que aquele tipo de prática política não tenha mais espaço. É provável que apenas mude de endereço partidário, provavelmente para o DEM, partido do ex-prefeito Cesar Maia, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e que também passou a contar com Eduardo Paes. Tanto a eleição municipal de 2020, quanto a estadual de 2022, servirão de testes para a comprovação ou não dessas hipóteses. Seja como for, o que temos certeza é de que o Rio de Janeiro passa por fortes mudanças em seu sistema político e partidário.

---

18 Em fins de 2019, a família Bolsonaro rompeu com o PSL. O senador Flávio Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro, filhos do presidente, filiaram-se ao Republicanos (antigo PRB). Como o crescimento do PSL derivou do apelo simbólico de Bolsonaro, é intuitivo imaginar que o partido enfrentará um declínio.

## Referências

- ALDÉ, A.; SANTOS, J. G. B. dos; FREITAS, M.; SANTOS, K.; CUNHA, V. C. C. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 307-334, maio/ago. 2019.
- ALKMIM, A. Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro. *In*: BORBA, F.; ALDÉ, A. (org.). **Eleições, opinião pública e comunicação política no Brasil contemporâneo**: homenagem a Marcus Figueiredo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p 51-85.
- ALMEIDA, R. de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, apr. 2019.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O Rio de Janeiro e o Estado Nacional (1946-2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 467-496, 2013.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1013, 2012.
- DIAS, J. L. Partidos e Eleições no Rio de Janeiro – 1974-94. *In*: FERREIRA, M. de M. (org.). **Rio de Janeiro: Uma Cidade na História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 185-202.
- DINIZ, E. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GRAÇA, L. F. G. da. Produção Legislativa no primeiro governo Brizola (1983-1987). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 0, p. 162-185, 2013.
- GRAÇA, L. F. G. da. **O Governo do Estado e a Assembleia Legislativa**: entre a submissão e os limites da independência. Curitiba: Appris, 2016.
- KECK, M. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.
- KUSCHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LIMA JR., O. B. de.; DIAS, M. T. R. As eleições parlamentares de 1978 no Rio de Janeiro: o Chaguismo, a oposição e o regime. *In*: FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 3-26.
- MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. Muito além da mamadeira erótica: as notícias compartilhadas nas redes de apoio a presidencialíveis em grupos de WhatsApp, nas eleições brasileiras de 2018. *In*: COMPOLÍTICA, 8., 15-17 maio 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.
- MOTTA, M. S. da. Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara. **História Oral**, São Paulo, n. 3, p. 91-108, 2000.
- MOTTA, M. S. da. Rio de Janeiro versus Rio de Janeiro: o lugar da capital no cenário político fluminense. *In*: GOMES, A. de C. (org.). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 175-194.

MOTTA, M. S. da. A social-democracia trabalhista: Marcello Alencar e a política no Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 148-161, 2013.

RUEDIGER, M. A. **DAPP Report** – A semana nas redes (18/10). 2018. Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/reports/dapp-report-a-semana-nas-redes-18-10>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SARMENTO, C. E. **O espelho partido da metrópole**: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

SCHMITT, R. Rio de Janeiro: multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral. *In*: LIMA JR., O. B. de (org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências (1982-94). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. p. 137-164.

SECCO, L. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SENTO-SÉ, J. T. **Brizolismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SOARES, G. A. D. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

WERNECK VIANNA, L. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983.

Recebido: 04/09/2019

Aceito: 02/06/2020

## Partisan realignments in the state of Rio de Janeiro (1982-2018)

### **Abstract**

This paper investigates the ongoing party realignment process in the state of Rio de Janeiro. The article studies the parties of the governors and senators elected by direct vote in Rio de Janeiro between 1982 and 2018. Besides the governors, the article studies the parties elected for the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro (ALERJ) and for the Chamber of Deputies throughout that period. The research confirmed the hypothesis of the recent party realignment in Rio de Janeiro and identified that with the electoral decline of brizolismo and with the arrest of the main local leaders of the PMDB since 2016, the traditional political center of the state – PDT by the center-left and PMDB by center-right – imploded and new parties from the extremes of the political spectrum emerged as PSL, PRB and PSC on the right, and PSOL on the left.

**Keywords:** Political Parties. Rio de Janeiro. Partisan System. Brizolismo. Chaguismo.